ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

A HIPERURBANIZAÇÃO, O NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO E NO TERRITÓRIO DAS CIDADES

Francisco Dion Cleberson Alexandre[1]

Sumário: 1 INTRODUÇÃO. 2 BREVES NOTAS SOBRE AS ORIGENS DA HIPERURBANIZAÇÃO NO BRASIL. 3 O NEOLIBERALISMO, O TRABALHO E OS LUGARES DA CIDADE. 4 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

Resumo: O presente monográfico, pretende analisar a conexão existente entre a hiperurbanização, o neoliberalismo e o mundo do trabalho e o território das cidades e as inflexões imbricadas entre esses fenômenos. Através do método hipotético-dedutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica, objetiva-se analisar o quão o mundo do trabalho é determinado pelas práticas neoliberais e pela excessiva densidade demográfica das cidades. O medo constante do desemprego também é moldado pela excessiva concentração de pessoas nos espaços urbanos, fazendo com que o padrão das relações de trabalho se deteriorem. Com o desemprego e a não-inserção ao trabalho surgem os exércitos de excluído – a classe marginalizada - em bolsões de miséria, o que amplia a sensação de insegurança com o aumento da violência.
Palavras-chave: Hiperurbanização. Neoliberalismo. Trabalho. Desemprego. Território das Cidades.

Abstract: The present monograph aims to analyze the connection between hyperurbanization, neoliberalism and the world of work and the territory of cities and the inflections interwoven between these phenomena. Through the hypothetico-deductive method and the bibliographical research technique, the objective is to analyze how the world of work is determined by neoliberal practices and by the excessive population density of cities. The constant fear of unemployment is also shaped by the excessive concentration of people in urban spaces, causing the pattern of labor relations to deteriorate. With unemployment and non-insertion in the work the armies of the excluded - the marginalized class - emerge in pockets of misery, which increases the sense of insecurity with the increase of violence.
Key words: Hyperurbanization. Neoliberalism. Job. Unemployment. Territory of Cities.

1 INTRODUÇÃO

A primeira indagação que norteará o monográfico é um questionamento necessário à compreensão do desenvolvimento das cidades: há correlação estabelecida entre a densidade demográfica e o desenvolvimento econômico de um povo? Castells[2], consubstanciado em estudos, afirma haver não apenas correlação, como ser esta inversamente proporcional, ou seja, tanto menor será a densidade demográfica, quanto maior for o desenvolvimento econômico de determinada nação. Portanto, para o autor em foco, pressupor o crescimento desenfreado urbano como causa (ou consequência) do desenvolvimento econômico, seja derivado da ampliação

[1] Mestrando em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Castelo Branco - RJ. Graduado em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professor na FAI - Faculdades de Itapiranga/SC. Professor convidado em cursos de Pós Graduação. Professor da Escola Judicial do TRT4. Servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. E-mail: fdion@trt4.jus.br;
[2] CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

de parques industriais, seja pela evolução de centros financeiros, seria um equívoco teórico.

O segundo questionamento que impende, atine à conexão entre o neoliberalismo, a hiperurbanização e sua intersecção no mundo do trabalho: quais as consequências perceptíveis nas relações laborais advindas do capitalismo e da intensa densidade demográfica? Nesse condão, ignorar as pressões que o exército de reserva[3] exerce sobre a massa de trabalhadores empregados seria demasiado inconsequente, vez que, quanto maior for o número de desempregados sem os mínimos vitais, tanto maior serão os dissabores advindos da relação laboral e piores serão as condições de contratação e desenvolvimento desses contratos de trabalho. Ademais, os subempregos e o que, equivocadamente, se enuncia como trabalhadores inseridos no setor de serviços, oculta uma realidade cruel vivenciada por ambulantes que vendem de isqueiros à alma, na esperança de alcançar o suficiente para não privar aos seus do alimento, que os livrem das mazelas da fome.

Com base nessas inquietações, o articulado singrará na busca por conexões que expliquem as inflexões que o neoliberalismo e a hiperubanização estabelecem no mundo do trabalho, objetivando, ainda, a análise da (des)integração social experimentada nas sociedades marcadas pela desigualdade acentuada pelos bolsões de miséria, que margeiam centros urbanos, estabelecendo pressões sociais que vão da degradação humana pela fome, ao aviltamento das condições laborais e o agravamento da violência, suportado por significativa parcela da população.

2 BREVES NOTAS SOBRE AS ORIGENS DA HIPERURBANIZAÇÃO NO BRASIL

A hiperurbanização é um problema mundial. Atualmente, 29 megacidades abrigam 51% de toda população do planeta, e São Paulo figura entre as 10 cidades mais populosas do mundo com pouco mais de 20 milhões de habitantes[4]. Essa alta densidade demográfica verificada em tais aglomerados traz consigo diversos desafios aos gestores e habitantes, vez que a estrutura urbana é tensionada em diversas áreas pelo excessivo agrupamento humano.

[3] Termo conhecido pela sua difusão na obra do economista alemão Karl Marx;
[4] https://www.archdaily.com.br/br/603524/ranking-2014-demografia-das-maiores-areas-urbanas-do-mundo-segundo-demographia

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

O Brasil é um país continental em extensão territorial sendo o maior da América Latina e o 5º maior país do planeta e, curiosamente, também ocupa a mesma colocação entre os países mais populosos do mundo.[5] Como evidenciado no anteriormente, a concentração urbana não é um problema local, mas, em terras brasileiras, essa superconcentração ocorreu por equivocadas decisões, pela depreciação das condições de vida no campo e pela industrialização de alguns polos, como se verá nos parágrafos sequentes.

O êxodo rural, fator decisivo na formação das grandes cidades brasileiras, tem como fator primário a busca por colocação laboral e melhores condições de vida daquelas outrora experimentadas pelos migrantes. Êxodo intensificado nas décadas de 1940 (quando a população rural era de 69%) e 1950 (período no qual a população rural encolheu para 61%, vindo a reduzir mais 6% na década sequente), quando a população brasileira aumentou em 28%, sendo que as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, tiveram um crescimento demográfico, respectivamente, no montante de 60%, 36% e 91%, Kula.[6]

O fluxo migratório campo-cidade, foi marcado pela criação de oportunidades nas cidades e pelas péssimas condições de vida que os agricultores vivenciavam. De acordo com Castells (2011), o segundo fator foi mais decisivo que o primeiro, vez que o número de postos de trabalho criados não correspondiam ao fluxo de migrações, como pôde se verificar em Salvador (BA), que, nas décadas de 50 e 60 do século passado, recebeu 235.000 migrantes, ao passo que gerou, tão-somente 5.000 postos de trabalho.[7]

O processo intenso de industrialização brasileira, que teve o apogeu no curso da ditadura militar, sobremaneira entre as décadas de 1960 e 1970, foi uma tentativa de replicar, em solo brasileiro, os avanços americanos e eurocêntricos galgados com o sistema de bem-estar social do pós-guerra.[8], cujos traços característicos correspondem a um forte intervencionismo estatal na busca pela concretização de mais dignidade aos seres humanos.

---

[5] Para conhecimento integral dos dados, acessar o sítio: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/

[6] KULA, Marcin. **Formação da Classe Operária Brasileira**. Disponível em: http://www.ikl.org.pl/Estudios/EL01/el01_04_kula.pdf. Acesso em: 30/09/2017.

[7] KULA, Marcin. **Formação da Classe Operária Brasileira**. Disponível em: http://www.ikl.org.pl/Estudios/EL01/el01_04_kula.pdf. Acesso em: 30/09/2017. p. 41.

[8] ROLNICK, Raquel. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

A industrialização nacional, ocorreu estimulada por políticas públicas, todavia, ocorreu alicerçada não em fatores de fortalecimento e consolidação da classe operária, o reverso operou. A expansão da indústria patrocinada pelo Estado foi possível pelo aviltamento dos ganhos dos trabalhadores, sendo que as "depreciadas condições materiais da força de trabalho figuraram como uma das principais 'vantagens competitivas' mobilizadas pelo país para acelerar o processo tardio de industrialização"[9] (grifo no original), gerando uma hiperurbanização de desassistidos ou, conforme Castells (2011, p. 80), criando cidades parasitárias.[10]

O multicitado autor (2011, p. 82), por sua vez, pretere o termo região subdesenvolvida para se referir aos países com desenvolvimento tardio ou incompleto, preferindo utilizar termos como "países explorados, dominados e com economia deformada", capitaneado por Charles Bettelheim. Aquele prefere enunciar a urbanização dependente, que, de acordo com sua matriz teórica, pode ocorrer nas formas de dominação colonial[11], dominação capitalista-comercial[12] e dominação imperialista industrial e financeira[13].

A urbanização dependente telada, segundo Castells[14], "provoca uma superconcentração nos aglomerados [...] um distância entre estes aglomerados e o resto do país e a ruptura ou inexistência de uma rede urbana de interdependências funcionais no espaço" e vem marcada pela desorganização da sociedade agrária, o que é tratado pelo autor não como mera consequência do desequilíbrio econômico, mas como um "ato social".

[9] ROLNICK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
[10] Aquelas que retardam o crescimento econômico;
[11] Cujos objetivos centrais são a administração direta de uma exploração em larga escala dos recursos naturais pela metrópole e a afirmação de uma política de soberania;
[12] Que se desenvolve através de um sistema de trocas, pelo qual a metrópole importa matéria prima a baixo custo, com a prospecção de novos mercados onde se vende os manufaturados a preços elevados;
[13] Ocorre por meio de investimentos especulativos e/ou implementação de industrias transnacionais que engendram lucro exponencial
[14] Ibid. p. 87.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

3 O NEOLIBERALISMO, O TRABALHO E OS LUGARES DA CIDADE

Par e passo à hiperurbanização, marchou o capitalismo, que, nas palavras de Harvey[15] "[...] não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado na busca de mais dinheiro", confluindo para uma intersecção cada vez mais brutal no mundo do trabalho. Para Boaventura de Souza Santos[16] "O neoliberalismo (que é matiz dominante do sistema capitalista atual) não é uma nova versão do liberalismo, mas antes uma velha versão do conservadorismo" (grifos acrescidos). Por certo, a conjuntura deste tópico não se dissocia daquela evidenciada no capítulo anterior quanto à formação das grandes cidades brasileiras, vez que as conformações atuais do mercado de trabalho, vêm determinadas pela matriz da exclusão social e da degradação das condições de trabalho, que estão, como visto alhures, na base do desenvolvimentismo industrial brasileiro, ocorrido nos anos de chumbo.

Delgado[17] aponta para a intrusão do capitalismo que vai de encontro a conquistas das classes menos assistidas no estado de bem estar social como aumento da idade para se atingir benefícios previdenciários aduzindo que "Algumas modificações - reconheça-se - derivam do assédio contínuo, nos últimos 30 anos, do ideário liberalista que se tornou hegemônico no Ocidente desde finais dos anos de 1970". Gerard Duménil e Dominique Lévy[18], alinhando argumentos na intenção de identificar o matiz do neoliberalismo, sinalam que

> Não há nada de surpreendente nessa reversão súbita de princípios básicos do credo neoliberal. **O neoliberalismo não se trata de princípios ou ideologia, é uma ordem social que busca o poder e a renda das classes mais altas. No neoliberalismo, o Estado (tomado aqui no sentido mais amplo que inclui o banco central) sempre trabalhou a favor das classes altas**. (Grifos acrescidos)

[15] HARVEY, David. O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo – SP: Boitempo, 2011, p. 41.
[16] SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Bifurcações da Ordem: Revolução, cidade, campo e indignação.** Ed. Cortez, São Paulo, 2016. 405p.
[17] DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego**: Entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.
[18] DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. A crise do Neoliberalismo. Tradução Paulo Castanheira. Boitempo, São Paulo. 2014, p. 241.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

A hipermobilidade do capital e a desregulamentação de diversos mercados, enunciadas por Saskia Sassen[19] possibilitam o lucro excessivo de um número reduzido de empresas com elevado grau de especialização, gerando a despadronização das relações de trabalho e desterritorialização do trabalho Beck[20] termo este que, na sua obra, designava o fim da vinculação do trabalhador ao local em que prestado o labor, mas que este monográfico ressignifica, para retratar a produção em locais diversos da sede da indústria, mas que atendam aos interesses dos titulares desta. Dalegrave Neto[21] evidencia situações nas quais se verifica essa prática, referindo que

> Hoje já não há qualquer restrição em se utilizar o trabalho além-fronteira. A prioridade é a diminuição de custos sociais. Logo, quanto mais barata a mão-de-obra, melhor. Lideres de mercado como a Nike (calçados esportivos) ou a Martel (brinquedos, bonecas Barbie) já nem produzem por sua conta. Terceirizam a produção, habilitando fornecedores da Indonésia à Polônia, ou mesmo no México e Estados Unidos, dependendo de onde encontre os menores custos. Logo atrás da fronteira do México, empresas americanas empregam quase um milhão de criaturas por salários de fome em torno de cinco dólares por dia ou cinqüenta centavos a hora de trabalho, sem qualquer encargo social.

A alta densidade demográfica vislumbrada em centros urbanos faz com que o trabalhador empregado, mesmo que formalizado, conviva com o fantasma do desemprego, pois a existência de elevado número de desempregados, tensiona sua continuação no emprego o expondo ao risco contínuo e iminente do rompimento do vínculo laboral pelo empregador para a contratação de novos empregados a custo mais baixo.

Para consubstanciar o argumento, foi realizada pesquisa em dados do Ministério do Trabalho, especificamente junto ao CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), na qual se buscou a aferição do número de empregos formais e de rescisões contratuais em um período de três anos (de agosto de 2014 a agosto de 2017), nos três estados mais populosos do Brasil (de acordo com o Senso de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado

---

[19] SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2010.
[20] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: editora 34, 2011.
[21] DALEGRAVE NETO, José Afonso. **Transformações das relações de trabalho à luz do neoliberalismo**. In: COUTINHO, Aldacy Rachid. Transformações do Direito do Trabalho. Curitiba: Juruá, 2002. p. 56-57.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

em todos os municípios brasileiros e com alcance de 67,6 milhões de domicílios[22]), quais sejam, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Analisando dados do Estado do Rio de Janeiro, terceiro mais populoso, com uma população de 15.993.583, verificou-se a existência atual de 3.469.417 postos de trabalho formal. Foi possível constatar a rescisão de 4.633.614 contratos de trabalho, portanto, considerando números absolutos, chegou a 133% de desligamentos nos postos de emprego.[23] O segundo estado em densidade demográfica no Brasil, Minas Gerais – MG – com 19.595.309 de habitantes, possui, hodiernamente, 3.921.955 postos de trabalho formais. No período já apontado, teve a ocorrência de 5.807.425 desligamentos, o que conduz ao dado de que as rescisões alcançaram 148% dos contratos.[24] No estado mais populoso do Brasil, São Paulo – SP – com 41.252.160 de habitantes, verifica-se a existência de 11.926.700 postos de trabalho formais. Ao cabo do período supra-indicado, computou-se 15.626.183 rescisões contratuais, portanto, 131% rescisões nos contratos de trabalho formalizados.

Por certo que a hiperurbanização não é o único fator a influir no elevado número de rescisões contratuais. A cultura de desvalorização do trabalhador e falta de um sistema efetivo de proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, em que pese constar do primeiro inciso do art. 7º da Constituição da República, logo norma que deveria ser orientadora de todo o sistema trabalhista brasileiro, são duas forças motrizes poderosas nesse fenômeno, que irrompem de encontro ao princípio da dignidade da pessoa humana, pedra fundamental da República Federativa do Brasil[25].

Além de ser norma constitucional, a Declaração da Filadélfia – Carta de Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – da qual o Brasil é fundador e um dos dez membros permanentes de seu comitê executivo desde sua fundação, enuncia ser uma obrigação perene das nações a manutenção de um sistema de proteção em face do desemprego, pois, segundo seu preâmbulo:

> Considerando que a paz para ser universal e duradoura deve assentar sobre a justiça social;

---

[22] Para conhecimento integral dos dados, acessar o sítio: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/

[23] Para conhecimento integral dos dados, acessar o sítio: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

[24] Para conhecimento integral dos dados, acessar o sítio: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

[25] Vide artigo 1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

> Considerando que existem condições de trabalho que implicam, para grande número de indivíduos, miséria e privações, e que o descontentamento que daí decorre põe em perigo a paz e a harmonia universais, e considerando que é urgente melhorar essas condições no que se refere, por exemplo, à regulamentação das horas de trabalho, à fixação de uma duração máxima do dia e da semana de trabalho, ao recrutamento da mão-de-obra**, à luta contra o desemprego**[...] (Grifos acrescidos)

Os dados expostos evidenciam a forma com que a economia de mercado se reporta ao valor-trabalho. E não se trata, evidencie-se, de uma simples consequência das variantes econômicas, antes reforça uma vertente teórica excludente que prepondera desde há mais de 40 anos: o neoliberalismo ou ultraliberalismo, que se pauta pelo exclusivismo liberal-monetarista, o qual tem, desde meados da década de 1970, encetado uma nova matriz teórica sobre a qual se assentam as democracias norte-americana e ocidentais e que irradiam ideologias à américa latina, sepultando o keysianismo.[26]

O exclusivismo liberal-monetarista, com foco na moeda e nos juros, privilegia a livre circulação de mercadorias entre as nações, a operação transfronteiriça do capital financeiro especulativo, altas taxas de juros que oneram àqueles que necessitam monetarizar-se para realizar investimentos, um papel equidistante do Estado, reduzindo sua participação e importância através da privatização massiva de estatais e redução significativa do investimento público. Engendrado por teóricos como o austríaco Friedrich von Hayek, esse ideário ultraliberal propõe uma desvalorização do trabalho e de sua participação na formação da renda e da riqueza nacional, instituindo o capitalismo sem reciprocidade Delgado[27], Harvey[28].

As consequências deletérias dessa imposição são verificáveis inclusive na geografia das cidades, criando espaços marginais em grandes cidades tanto de países menos desenvolvidos, quanto de países bastante desenvolvidos. E não é de um todo áspero traçar o caminho desses bolsões de marginalidade, vez que quando os trabalhadores perdem o espectro de inclusão no mercado de trabalho, reduzindo suas rendas a “quase-nada” por certo período ou por um período indefinido, não há

[26] Termo utilizado para referenciar as ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que consubstanciaram o Estado de Bem-Estar Social;
[27] Ibidem.
[28] Ibidem.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

como permanecer inserido em espaços “qualificados” da cidade. Nos dizeres de Baumann[29]

> Una cosa es ser pobre em una comunidad de produtores con trabajo para todos; otra, totalmente diferente, es serlo en uma sociedad de consumidores cuyos proyectos de vida se construyen sobre las opciones de consumo y no sobre el trabajo, la capacidade prefesional o el empleo disponible.

O desemprego, nessa ótica, não é apenas estrutural, também é estruturante, porque idealizado para menosprezar a integração daqueles que ocupam os postos de trabalho e aviltar sua perspectiva de melhorias na condição de desenvolvimento de sua relação de emprego, engessando a majoração dos salários e a criação de formas menos desgastantes de realização de seu labor.

István Mészáros[30], enuncia que o capitalismo forja o desemprego no interesse da modernização da sociedade, com o que se propaga sob os auspícios progresso técnico ou, ainda, minimização dos custos, criando, assim, o exército de despossuídos que constituem

> [...] as milhões de pessoas desafortunadas, patéticas e “desprivilegiadas” podiam ser **facilmente relegadas à periferia da sociedade**. Isoladas, como um fenômeno social da “Grande Sociedade” afluente, elas deveriam responsabilizar exclusivamente a sua própria “inutilidade” (falta de qualificação profissional, “preguiça” etc.) pelos seus apuros e resignar-se a consumir os restos do farto banquete neocapitalista, magnanimamente servidos sob a forma de “benefícios”-desemprego e de cupons para o consumo dos excedentes invendáveis de alimentos. (grifos acrescidos)

Se outrora a ética do trabalho enunciava o “trabaje o muera” Baumann[31], atualmente o imperativo categórico se distancia dessa premissa. “En el mundo de las grandes corporaciones, el progresso es ante todo "reducción de personal", y el avance tecnológico equivale a reemplazar seres humanos por software eletrónico.” Baumann[32]. Assim, a automação dos processos fabris, o atual estágio das invenções tecnológicas e a exploração de mercados produtivos sem os mínimos dignificantes (asiático, por exemplo) onde não se vislumbram barreiras protetivas à exploração do

[29] BAUMANN, Zygmunt. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres.** Traducción: Victoria de los Angeles Borschiroli. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999, p.11.
[30] MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital – Rumo a Uma Teoria de Transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
[31] Ibidem.
[32] Ibidem, p. 100.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

fazer humano, despejam milhares de trabalhadores no desemprego, criando novos tipos de informalização, que se evidenciam em cidades globais e espoliam a vida de mulheres, sobremaneira as de cor, de migrantes e cidadãos de minoriasm Sassen[33], que se refugiam distante dos “locais sagrados” das cidades.

Com o subemprego, o desemprego e a miséria deles decorrente, outra mazela social se erige: a violência, que se espalha, impactando na reestruturação física das cidades, instituindo uma segregação espacial dos lugares e, com ela, a criação dos enclaves fortificados, que são espaços privados, sob constante monitoramento e nos quais é possível estabelecer uma dinâmica social de residência-trabalho-consumo, Rolnik[34] e que se opõe à periferia, onde, para mesma autora, na cultura contemporânea, “mora” a violência, verificada pela existência dos intermediadores do tráfico de drogas, identificando fisicamente, através da mídia, os territórios populares com o crime.

Vê-se, assim, o quão imbricado estão o trabalho, os trabalhadores, os sem-trabalho e a hiperurbanização, vez que todos esses fatores determinantes da sociedade se cruzam e se redefinem, inclusive geograficamente, relegando-se aos menos integrados economicamente os espaços marginais, mesmo porque, de acordo com Baumann[35].

> Se arroja a la gente a la marignlidad porque se la considera definitivamente inútil, algo sin lo cual todos los demás viviríamos sin problemas. **Los marginales afean un paisaje que, sin ellos, seria hermoso**; son mala hierba, desagradable y hambrienta, que no agrega nada a la armoniosa belleza del jardín pero priva a las plantas cultivadas del alimento que merecen. **Todos nos beneficiaríamos si desaparecieran**. (Grifos acrescidos)

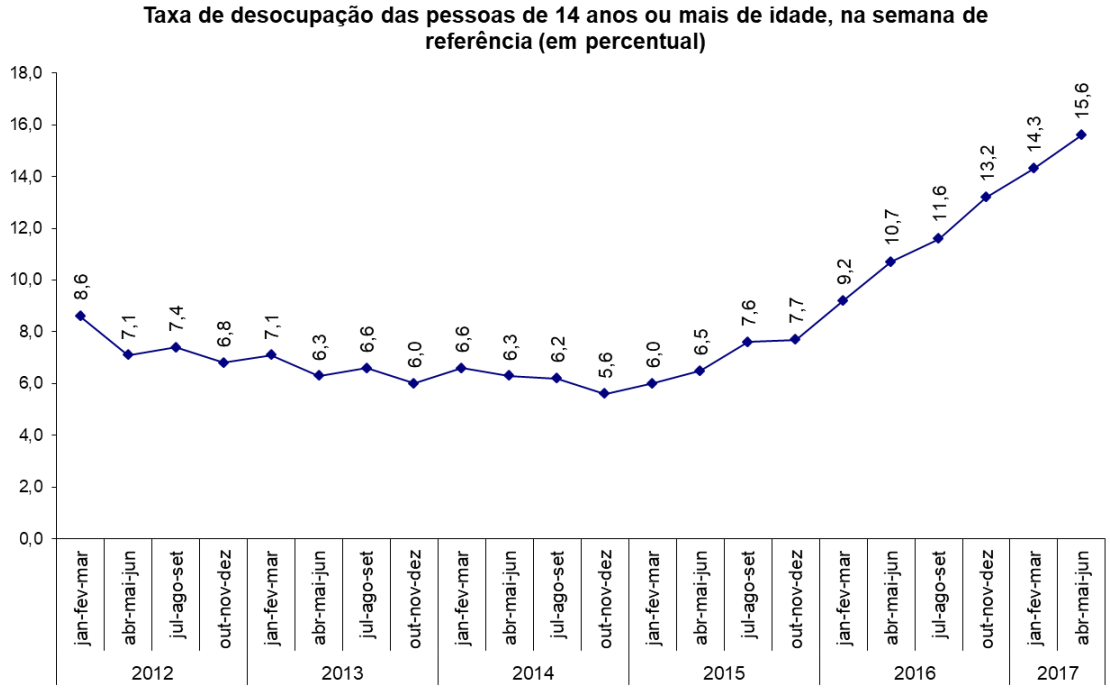
Dos inúteis, dos “*mala hierba*”, que esperar? A dose de humanidade que falta naqueles que valorizam o lucro e o progresso tecnológico em detrimento da vida digna? Talvez a solidariedade que anda escassa na sociedade consumista e egoísta vivenciada na atualidade? Que mais, senão um ato que pode irritar o sistema: a violência? Novamente, torna-se latente a interdependência da hiperurbanização, do trabalho e do capitalismo selvagem.

---

[33] Ibidem.
[34] ROLNICK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
[35] Ibidem.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

O desemprego tem singrado um caminho sólido. De acordo com pesquisa do IBGE[36], a taxa de desocupação na região metropolitana do Rio de Janeiro foi de 10,7%, em janeiro de 2016, a 15,6%, em junho de 2017, de acordo com o gráfico produzido pelo referido instituto de pesquisa, ora colacionado:



(Gráfico1 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais)

Enquanto isso, a inserção em espaços marginais (favelas) ou, como refere o próprio IBGE, aglomerados subnormais[37], onde reside 11,2% do total de habitantes da região metropolitana do RJ[38], cresce de forma bem mais acelerada do que a própria cidade, tal qual se evidencia no Rio de Janeiro, onde, segundo Rolnik[39], a cidade cresceu, na década de 2000 a 2010, 8%, ao passo que as favelas se expandiram a uma taxa de 19% e, com esse aumento, elastecem-se os índices de criminalidade. O Atlas da Violência 2017, produzido pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – aponta para uma elevação do número de mortes por intervenção policial no RJ em 11,4% considerando os anos de 2014 e 2015, passando, respectivamente,

[36]https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm
[37] Conceito de **Aglomerado Subnormal**: áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros.
[38] Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais – IBGE – 2011
[39] Ibidem, p. 277.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

de 584 para 645 óbitos. Analisando os números de letalidade violenta como um todo,[40] de janeiro a março de 2017, percebe-se que este chegou a 1.867 mortes, crescendo 28,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados consolidados do Instituto de Segurança Pública do RJ.

4 CONCLUSÃO

Das considerações vertidas no monográfico, resta latente a correlação existente entre a hiperurbanização, o neoliberalismo, o desemprego, a inserção massiva em áreas marginais de número expressivo de pessoas e a elevação dos índices de criminalidade, sem desconsiderar que tais índices refletem os dados que chegam ao conhecimento das autoridades, podendo ser maiores, considerando, empiricamente, que parte significativa da violência havida em todos os espaços não são reportadas às instituições estatais.

Ao par desses fatores, questões culturais e o desprezo por uma fortificação nos laços laborais com a sedimentação de um sistema de proteção ao vínculo de emprego, despojam milhares de trabalhadoras e trabalhadores todos os meses de seu emprego os jogando na informalidade, transformando seres integrados socialmente em sobrantes, despossuídos, *mala hierbas* que enfeiam os jardins da república.

Depreende-se, dos apontamentos realizados, que o neoliberalismo atua de forma desumanizada, gerindo o dinheiro pelo dinheiro e para o dinheiro, desconsiderando a dignidade da pessoa humana como fundamento estruturante de todas as relações sociais estabelecidas, criando mecanismos de exclusão tanto no mundo do trabalho, quanto no território geográfico das cidades.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, Zygmunt. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres.** Traducción: Victoria de los Angeles Borschiroli. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: editora 34, 2011. 383 p

CASTELLS, Manuel. A questão Urbana. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

[40] Para caracterização de letalidade violenta, considera-se, no monográfico, homicídios dolosos, roubos seguidos de morte, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de ação policial.

ISSN 2525-4243 / Nº 2 / Ano 2017 / p. 16-29

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. **Perfil do Município**. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em 04/10/2017.

COSTA FILHO, Armando Casimiro. et. al – **Consolidação das Leis do Trabalho**. 47. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DALEGRAVE NETO, José Afonso. **Transformações das relações de trabalho à luz do neoliberalismo.** In: COUTINHO, Aldacy Rachid. Transformações do Direito do Trabalho. Curitiba: Juruá, 2002.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução.** 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. **A crise do Neoliberalismo.** Tradução Paulo Castanheira. Boitempo, São Paulo. 2014. 365p.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexamdre Peschanski. São Paulo – SP: Boitempo, 2011.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico.** Trad. Therezinha Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em 30/10/2017.

_____.**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em 04/10/2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA. **Atlas Da Violência 2017**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em 28/09/2017.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE J JANEIRO. **Boletim Estatístico.** Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=108>. Acesso em 04/10/2017.

KULA, Marcin. **Formação da Classe Operária Brasileira.** Disponível em: http://www.ikl.org.pl/Estudios/EL01/el01_04_kula.pdf. Acesso em: 30/09/2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3. Ed. Tradução Luis Cláudio de Castro Costa. Martins Fontes: São Paulo, 2002. 119p.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital – Rumo a Uma Teoria de Transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. – OIT. (Org.). **Constituição OIT e Declaração de Filadélfia.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf>. Acesso: 07 out. 2017.

Ranking 2014: Demografia das maiores áreas urbanas do mundo, segundo Demographia. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/603524/ranking-2014-demografia-das-maiores-areas-urbanas-do-mundo-segundo-demographia> . Acessado em 01/10/2017

ROLNICK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização.** Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Bifurcações da Ordem: Revolução, cidade, campo e indignação.** Ed. Cortez, São Paulo, 2016. 405p.